



ATA 3/2019

Aos dois dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove pelas onze horas e trinta minutos teve lugar na sala de reuniões dos Serviços Centrais e da Presidência do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) a reunião nº 3/2019 do Conselho Geral, com a presença dos Conselheiros constantes da lista de presenças (Anexo 1), e com a presença do Presidente do IPCB. Estiveram ausentes da reunião em representação dos docentes a Conselheira Maria da Natividade Pires e o Conselheiro Francisco José Freire Lucas e em representação dos alunos os Conselheiros Sérgio Garcia Alves e Júlio André Lourenço Correia, todos por motivos justificados. A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

1. Tomada de Posse de novos membros eleitos do Conselho Geral - Estudantes;
2. Informações;
3. Ratificação do valor da propina para os mestrados conducentes à aquisição de habilitação profissional para a docência – ano letivo 2019/2020;
4. Aprovação do valor das propinas para o ano letivo 2020/2021;
5. Cedência de faixa de terreno à Câmara Municipal de Castelo Branco para efeito de continuação de ciclovia, junto à Escola Superior de Educação;
6. Apresentação para aprovação do Plano de atividades para o Ano 2020
7. Proposta de Reestruturação organizacional do IPCB;
8. Outros Assuntos.

Antes de dar início à ordem de trabalhos, o Sr. Presidente do Conselho Geral cumprimentou todos os Conselheiros presentes e informou que tinha convidado a estar presentes na reunião deste Conselho Geral, sem direito a voto, a Sr.^a Administradora do IPCB, os Diretores das Unidades Orgânicas do IPCB e os Membros da Equipa de trabalho para estarem presentes na discussão do ponto 7 da ordem de trabalhos “Proposta de Reestruturação Organizacional do IPCB”.

1. Tomada de Posse dos novos membros eleitos do Conselho Geral - Estudantes

O Presidente do Conselho Geral deu posse ao novo Conselheiro eleito em representação dos Estudantes, o aluno Alexandre Fernandes Pinto Lobo. (Anexo 2)

Teceu breves considerações acerca do papel a desempenhar pelo empossado e a responsabilidade que passar a ser Conselheiro acarreta, dando-lhe os parabéns e desejando bom trabalho.



2. Informações

Conjunto de informações sobre as principais atividades do IPCB ocorridas após a reunião de setembro e o presente, transmitidas pelo Sr. Presidente do IPCB, após cumprimentar todos os Conselheiros.

Esclarecimento sobre os valores das prestações de serviço que constam no Relatório de Atividades do ano de 2018 aprovado na reunião do Conselho Geral realizada no dia 18 de setembro (última reunião). Questão colocada pelo Conselheiro José Carlos Gonçalves sobre o valor das prestações de serviço.

Prestação de Serviços	Ano 2018	Observações
	Valores recebidos	
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	201 441,38 €	
Serviços de laboratórios	57 961,24 €	Análises laboratoriais, exames andrológicos, inseminações artificiais, serviços realizados no tanque terapêutico da ESALD (22.922,90 euros).
Outros	118 195,39 €	Aluguer de espaços e equipamentos, alimentação e alojamento, protocolos de lecionação
Total	377 598,01 €	

Estudos, pareceres, projetos e consultadoria

Descrição	Valor
Plano Gerontológico - 30% - ESALD	13 118,84 €
Projeto do estudo achigã - 20% - ESA	4 305,00 €
Cursos Formação Profissional - ESA	650
Horas de Formação - ESE	4228,98
Carta com decomposição de solos - ESA	76,69
Curso de formação - EST	2970
Desenvolvimento de um sistema de informação modular para dar suporte às atividades realizadas na AACDCB - EST	1588,26
Fertipower- Estudo e pareceres - ESA	12995,59
SYNGENTA - 40% do valor total - Relatório intercalar referente à Avaliação da eficácia agrônómica de um adubo com bioestimulantes - ESA	14284,33
FUNDACIÓN GENERAL CSIC-Implicaciones de los desniveles topográficos en la vida de las personas mayores em Portugal: estudio comparativo de ciudades con y sin estructuras verticales de movilidad urbana (POCTEP 0348_CIE__E) - 1ª tranche de financiamento (40% do total de 50 mil euros) - ESE	20000
Fundo Ambiental - Acompanhamento do desenvolvimento e da implementação do projeto "Promover e valorizar o PNTI" - 30% do montante total (200.000,00€) com a celebração do protocolo - SC	120000
Estudo Lab Geotecnia - EST	2532,82
MldanhaNova - Apoio Produção dos sabores gastronomia Ciclo 12	500
MFundão - Renda das lérias - ESART	3863,93
Outras prestações	326,94
TOTAL	201 441,38 €



Alunos matriculados no 1º ano, 1ª vez

- Licenciaturas: 28 licenciaturas em funcionamento com um total de 1010 vagas disponíveis. 1102 novos estudantes matriculados. Taxa de ocupação de 109,1%. 598 estudantes provenientes do Concurso Nacional de Acesso (CNA) (54%) e 504 estudantes provenientes de concursos especiais de acesso (46%). Nos 504 estudantes, 300 ingressaram ao abrigo do estatuto de estudante internacional.
- CTeSP: 13 CTeSP em funcionamento com estudantes 1º ano, 1ª vez. 228 novos estudantes. Taxa de ocupação de 56%.
- Mestrados: 16 mestrados em funcionamento, com 262 novos estudantes. Foi retomado o funcionamento dos mestrados em Engenharia Agronómica, do mestrado em Engenharia Civil e do mestrado em Design do Vestuário e Têxtil.
- Pós-Graduações de Ensino a Distância: Curso de Pós-Graduação em Gestão de Negócios – 36; Curso de Pós-Graduação em Proteção Civil – 29; Curso de Pós-Graduação em Sistemas de Informação Geográfica - Recursos Agroflorestais e Ambientais – 13 (admitidos)+7 (condicionais) – ainda estamos em fase de publicação das listas definitivas. Total de 85 estudantes.

Principais Iniciativas desenvolvidas desde o dia 18 de setembro de 2019 (última reunião do Conselho Geral do IPCB)

- Tomada de posse da Comissão de Ética do IPCB;
- Foi comprovada a capacidade do Sistema de Gestão da Qualidade do IPCB na auditoria realizada pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação, entre os dias 25 a 27 de setembro;
- Congresso Ibérico sobre Priões na Escola Superior Agrária;
- Conferências do Politécnico/ Banco Santander Totta no dia 7 de novembro, com a conferência “Complementaridade Ética: Ética Personalista, das Virtudes e Principialismo” proferida pelo Prof. Doutor Carlos Costa Gomes;
- Seminário “Paisagens Fire-Smart.” na Escola Superior Agrária;
- Dia Mundial da Alimentação assinalado na ESGIN-IPCB;
- Celebração do dia da ESART;
- Projeto “Hospital BemCrescer” reiniciou as suas atividades.
- O grupo de trabalho de Desporto Adaptado reuniu na ESECB;
- Serviços de Ação Social criam iniciativa “TALK2US”;
- Comemoração dos 25 anos do departamento de Engenharia Civil dia 23 de novembro;



- Jornadas de Divulgação das Unidades de Investigação e Desenvolvimento do IPCB no dia 27 de novembro no auditório da Escola Superior de Tecnologia;
- Comemoração do aniversário da ESGIN no dia 28 de novembro;
- No âmbito das comemorações do 40º aniversário do IPCB tivemos a atuação do coro autêntico da ESART na inauguração do Natal Branco em Castelo Branco no dia 30 de novembro e teremos as jornadas profissionais do IPCB no próximo dia 06 de dezembro.

Situação Financeira do IPCB

O Presidente do IPCB deu a conhecer aos conselheiros o Despacho do Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do dia 31-10-2019, tendo contextualizado toda a situação, com uma referência particular ao ponto 7 desse Despacho, com a sugestão feita pelo Sr. Ministro. (Anexo 3)

De seguida reforçou as palavras do Sr. Ministro vindas a publico sobre esta matéria:

“São casos que não são novos, todos os anos este processo aparece, agora é no início de uma legislatura que há uma oportunidade única para também fazer um plano a quatro anos”.

“A situação não é nova e os casos particulares de cada uma das instituições estão a ser alvo de uma análise muito cuidada, caso a caso, tendo em conta o seu contexto local, a oferta formativa, entre outros aspetos que estão a ser equacionados no processo de reestruturação pelo qual os politécnicos têm que passar, e no nosso caso se encontra em curso. No caso do Politécnico de Castelo Branco o processo tem que ser acelerado”.

O Presidente do IPCB informou que em 2018 (em julho, na elaboração do orçamento de 2019) foi feita uma previsão de despesas com pessoal de cerca de Eur 20.109.000. A previsão até ao final do ano é de cerca de Eur 20.140.000. Pela primeira vez as despesas com pessoal não derraparam face à previsão. Adiantou que comparando o valor dos encargos com pessoal do ano 2019 com o ano 2018 temos um crescimento real de cerca de Eur 330.000. Sublinhou a forte contenção de despesas sobre esta matéria, tendo referido que a valor seria muito superior caso não tivessem sido implementadas medidas. Referiu ainda que as valorizações salariais implicam um encargo adicional no ano de mais de Eur 400.000. Se juntarmos as regularizações de PREVPAP, o aumento do subsídio de alimentação e o regime transitório, o montante ultrapassa largamente os Eur 550.000.

Relativamente ao pedido de reforço de Eur 1.750.000 solicitado ao ministério para o ano 2019, o Presidente do IPCB esclareceu o seguinte: para o ano 2019, em sede de orçamento, foi considerada uma previsão de receita extraordinária de cerca de Eur 1.350.000, de forma a tornar o orçamento equilibrado. A diferença de Eur 400.000 entre a receita extraordinária prevista e o valor



reforço solicitado ao Ministério deve-se a compromissos assumidos no âmbito da obra relacionada com a candidatura POSEUR que derrapou em termos de execução pelo facto de o concurso ter ficado deserto. Caso contrário a obra já se encontraria concluída, paga e o reembolso recebido. Entretanto o compromisso transitou para 2020, até porque a obra não será concluída em 2019.

O Presidente referiu ainda que existe uma previsão de reembolsos de projetos e do funcionamento dos CTeSP em cerca de Eur 400.000. Assim, caso o Ministério disponibilizasse um reforço de cerca de Eur 500.000 o Instituto passava o ano sem dívidas. Adiantou que é evidente o percurso recente do IPCB no sentido de um equilíbrio financeiro e recuperação de deficit.

Intervenção do Conselheiro Jorge Almeida:

“Intervenção no sentido de pedir esclarecimento ao Sr. Presidente acerca da expressão “não há dinheiro para estas instituições. Terão de viver com o que têm” afirmada pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.”

Intervenção do Conselheiro José Carlos Gonçalves:

“Em relação às informações prestadas pelo Sr. Presidente duas notas: a primeira para sugerir que estas informações passassem a ser enviadas aos senhores conselheiros na forma escrita, uma vez que, a grande maioria das informações incidem sobre as atividades do IPCB e, sobre elas, temos diversas formas de divulgação interna e externa para tomarmos conhecimento. Este procedimento permitiria poupar tempo nas reuniões.

A segunda nota prende-se com a informação prestada sobre a situação financeira do IPCB que é, de facto muito preocupante. De qualquer forma, em relação ao despacho do Sr. Ministro julgo que a caracterização de “grave crise institucional” não será a mais correta, pois em termos institucionais o IPCB funciona normalmente, esta crise é, essencialmente “financeira”. E sobre esta matéria não deixa de ser importante o facto de a situação ser recorrente nos três últimos anos. Apesar de esforços de contenção que têm vindo a ser feitos, muitos à custa de cortes que podem ter consequências na qualidade da nossa missão, e apresentados pelo Sr. Presidente, queremos aqui também deixar claro que esta situação se arrasta com a responsabilidade do atual Presidente que tem funções de gestão no IPCB há mais de cinco anos, desde 2014 como vice-presidente e desde dois mil e dezoito como presidente. Apelo também para que os responsáveis políticos do nosso território possam interceder na resolução deste problema de défice estrutural, no sentido de ser corrigido em sede de negociação de orçamento e não à custa de mais sacrifícios no normal funcionamento da instituição sob pena, como referi, de estarmos a comprometer a qualidade da nossa missão”.



Intervenção do Conselheiro Carlos Coelho.

Intervenção do Conselheiro Paulo Fernandes.

Intervenção da Conselheira Helena Freitas.

O Presidente do IPCB referiu que o IPCB tem tido um reforço orçamental nos últimos anos e que este ano, 2019, é notória a recuperação do deficit que considera estrutural. Salientou que é precisamente no ano de recuperação e de tendência de equilíbrio das contas que deixa de haver reforço orçamental, cuja comunicação ocorre no final do ano. Reiterou a explicação dada anteriormente no contexto das dificuldades orçamentais da instituição.

3. Ratificação do valor da propina para os mestrados conducentes à aquisição de habilitação profissional para a docência – ano letivo 2019/2020

Foi apresentado pelo Presidente do IPCB e colocado a votação para ratificação, o Despacho 98/19, de 10 de outubro, relativo ao pagamento de propinas dos Mestrados conducentes à aquisição de habilitação profissional para a docência Ano letivo 2019/2020. (Anexo 4)

Ciclo de estudos conducentes ao grau de mestre em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico – 856 euros

Ciclo de estudos conducentes ao grau de mestre em Ensino de Música – 856 euros

A ratificação foi colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes, 21 Conselheiros.

4. Aprovação do valor das propinas para o ano letivo 2020/2021

Submeteu-se à apreciação do Conselho Geral a proposta de fixação das propinas para o ano letivo 2020/2021. (Anexo 5)

Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP):

- Estudante nacional: €650 (seiscentos e cinquenta euros)
- Estudante internacional: €800 (oitocentos euros).

Ciclos de estudos conducentes ao grau de Licenciado:

- Estudante nacional: 2 vezes o valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS).
- Estudante internacional: €1350 (mil, trezentos e cinquenta euros).

Pós-Graduações (dependendo do plano financeiro):

- De €495 a €2000 (de quatrocentos e noventa e cinco euros a dois mil euros).



Ciclos de estudos conducentes ao grau de Mestre:

- Estudante nacional: €1100 (mil e cem euros) (1600 euros para o Mestrado em Cuidados Paliativos; 2 vezes o valor do Indexante dos Apoios Sociais para o Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e para o Mestrado em Ensino de Música, mestrados conducentes à aquisição de habilitação profissional para a docência)
- Estudante internacional: €1500 (mil e quinhentos euros) (2000 euros para o Mestrado em Cuidados Paliativos e para o Mestrado em Ensino de Música).

Ciclos de estudos conducentes ao grau de Mestre em Enfermagem (em associação com UEvora, IPPortalegre, IPBeja e IPSetúbal): 2000 euros (dois mil euros).

Após análise da proposta foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes, 21.

5. Cedência de faixa de terreno à Câmara Municipal de Castelo Branco para efeito de continuação de ciclovia, junto à Escola Superior de Educação (Anexo 6)

Apresentação pelo Presidente do IPCB do pedido de cedência de parcela de terreno junto à Escola Superior de Educação formalizado pela Câmara Municipal de Castelo Branco, no âmbito do projeto relativo aos eixos Cicláveis Prioritários da Mobilidade Urbana da Cidade, num total de 450 m², previamente aprovado pelo Conselho de Gestão, por unanimidade.

Intervenções com a colocação de questões por parte dos Conselheiros.

Intervenção da Conselheira Maria de Fátima Paixão:

“Estou totalmente de acordo com a construção de ciclovias na cidade. A cidade é maioritariamente plana e isso facilita o uso de bicicletas. Nesse sentido, concordo que seja cedido, da forma que tal puder acontecer, da faixa de terreno da ESE conforme assinalado nos anexos que recebemos. A referida faixa não ocupa nenhuma porção que tenha uma utilização especial e não é significativa. Contudo, como há uma indicação de que serão beneficiadas as Escolas do IPCB e os Serviços Centrais com ciclovias, gostaria de saber como será feito o prolongamento entre a faixa da ESE e os Serviços Centrais”.

Intervenção da Conselheira Helena Freitas;

Intervenção do Conselheiro Paulo Fernandes.

Respostas do Conselheiro Luís Correia como Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Foi a proposta colocada em discussão, após o que foi submetida a votação, tendo sido aprovada com 19 votos a favor. Os Conselheiros Luís Correia e José Augusto Alves pediram escusa de votação, pelas funções que desempenham na Câmara Municipal de Castelo Branco.



6. Apresentação para aprovação do Plano de atividades para o Ano 2012 (Anexo 7)

O Presidente do IPCB fez um enquadramento do Plano de Atividades para 2020, referindo-se à missão, valores e visão do IPCB e à estratégia e objetivos para o ano de 2020, tendo em conta os objetivos institucionais para os Eixos da Missão, no que concerne ao Ensino, Investigação, Terceira Missão, Pessoas, Recursos Económico-Financeiros e Infraestruturas.

Apresentou ainda os objetivos institucionais para as dimensões transversais quando à Internacionalização, Qualidade, Cultura, Sociedade, Cidadania, Inclusão e Apoio aos Estudantes.

Por fim, em relação a cada Eixo, apresentou as atividades a desenvolver bem como os Recursos Humanos e Recursos Financeira respeitantes ao IPCB e aos SAS.

Foi colocado à discussão o Plano apresentado, tendo os Conselheiros emitido a sua opinião e colocado questões:

Intervenção do Conselheiro Paulo Fernandes;

Intervenção do Conselheiro José Carlos Gonçalves:

“No que diz respeito ao Plano de Atividades considero que o mesmo está alinhado com o que tem sido apresentado em termos das atividades mais relevantes do IPCB daí que as métricas utilizadas poderão quantificar muito do trabalho a desenvolver.

Contudo, em relação ao ponto dos recursos humanos e orçamento passo a ler a seguinte declaração:

“Concursos para promoção às categorias de professor coordenador e coordenador principal, previstos no DL 84/2019 de 28 de junho, artigo 76”.

Define o nº 4 do artigo 30.º do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, que “O número de professores coordenadores da carreira não pode ser superior a 50% do número de professores da carreira de cada instituição de ensino superior”. Nestas circunstâncias, e considerando o número de professores de carreira do IPCB, atualmente de 215, isto significa que o IPCB poderia ter até 107 professores coordenadores. A realidade atual mostra-nos o enorme desvio para este número, pois atualmente o IPCB tem 28 professores coordenadores, repito 28.

Foram muitas as circunstâncias e as razões que levaram a esta situação, não sendo alheias muitas determinações legais da última década que levaram a impedimentos de abertura de concursos para progressão nas carreiras, mas também muitas decisões internas pelas estruturas dirigentes.

Como consequência, temos atualmente docentes nas nossas escolas com dezenas de anos de serviço prestado ao IPCB, bem como de doutoramento que se viram impedidos de progredir na respetiva carreira profissional. Lembro aqui, que para todos estes docentes, não se verificava a obrigatoriedade de obtenção do grau de doutor. A obtenção deste grau resultou de uma decisão pessoal, no sentido de aumentar as suas competências científicas e, com isso, melhorar



desempenho formativo e de investigação do próprio IPCB. E muitos fizeram-no à custa de um extraordinário esforço pessoal para além daquilo que eram as suas responsabilidades enquanto docentes.

Com a publicação do DL 84/2019 de 28 de junho é consignado no seu artigo 76, a possibilidade de abertura de "Concursos para promoção às categorias de professor coordenador e coordenador principal" dizendo no seu nº 1 que "Até 31 de dezembro de 2019, as instituições de ensino superior podem abrir concursos para promoção de professores adjuntos e coordenadores, até serem atingidos os limites máximos definidos no artigo 30.º do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico e nos termos aí definidos".

Se por um lado esta disposição pode ser considerada contrária aos princípios da livre igualdade de oportunidades, uma vez que se tratam de concursos internos, ela é uma deliberação que poderia vir a repor alguma justiça nas aspirações legítimas dos docentes em termos de progressão na carreira e que foram coartadas em mais de uma década por sucessivos governos e contingências. Para além de ser uma oportunidade talvez única.

Esta deveria ser, salvaguardando as condicionantes específicas do próprio procedimento, uma oportunidade que os Srs. Presidentes e Reitores das instituições de ensino superior deveriam desde a primeira hora ter analisado e implementado. Estranhamente, o CCISP, solicitou em 26 de setembro, à Secretaria-Geral da Educação e Ciência, um parecer para esclarecimento de algumas dúvidas interpretativas decorrentes daquele normativo legal, às quais o Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior respondeu em 5 de novembro. Perdoem-me a imodéstia, mas não percebi onde poderiam estar as dúvidas colocadas.

Posto isto, temos assistido a várias instituições de ensino superior que estão a promover a implementação deste diploma. Esta questão, levantada também no anterior CG, tem merecido por parte do Sr. Presidente do IPCB uma postura que, como também o referi anteriormente, não faz qualquer sentido: condicionar a abertura destes concursos a eventual reorganização do IPCB é de todo, dizer que não está disponível para acolher legítimas aspirações de progressão na carreira de muitos dos nossos colegas. Mais surpreendente foi a informação veiculado pelo Sr. Diretor da ESACB, em reunião do CTC, que, afinal, o Sr. Presidente, poderia autorizar, julgo que 8 concursos para professor coordenador, mas sem sabermos se é ao abrigo desta legislação, ou do procedimento concursal normal, o que seria estranho pois este procedimento aberto ao exterior possibilita a entrada de novos opositores. Como referi atrás, o IPCB poderia ter até mais 79 professores coordenadores. Em meu entender é um claro desrespeito pelas dezenas de colegas que veem nesta legislação a oportunidade que aguardam há décadas.

Consideramos, assim, que este processo deveria ter sido conduzido de forma a poder satisfazer necessidades profissionais dos docentes e da Instituição, mas ao não terem sido definidos possíveis



enquadramentos, a responsabilidade desta situação só pode ser atribuída exclusivamente ao Sr. Presidente do IPCB”.

Intervenção da Conselheira Fátima Paixão:

“Relativamente ao Plano de Atividades proposto para o ano 2020, considero que se trata de um bom Plano. No que respeita a pessoal docente, apesar de o Sr. Presidente do Instituto Politécnico ter vindo a referir, através dos diretores das escolas, a abertura de oito concursos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 84/2019, o que está indicado no Plano é a referência a 10 vagas, por ocupar, e todas com referência ao Dec-Lei. De igual modo, também é referido uma vaga por ocupar relativa a Professor Coordenador Principal. Assim, reconhecendo a urgência de abertura de concursos, pergunto, qual é o efetivo sentido da informação "por ocupar", sendo que os anteriores planos se comprometiam com "lugares a ocupar" e, também, a que correspondem os 10 lugares indicados”.

Intervenção da Conselheira Helena Freitas:

Intervenção do Conselheiro António Moitinho:

“Relativamente às 8 vagas para professores coordenadores, já distribuídas pelas Escolas do IPCB e em que à ESACB não foi atribuída nenhuma vaga, o Conselheiro António Moitinho Rodrigues referiu que as instituições são as pessoas, as instituições fazem-se com as pessoas. Referiu também que na ESACB existem docentes que estão na categoria de Professor Adjunto desde os anos 90, há quase 30 anos. Ao surgir legislação que dá abertura à sua contratação para a categoria de Professor Coordenador estes docentes, que desde há muitos anos dedicam a sua vida à ESACB, esperavam concretizar esta possibilidade de promoção. São doutorados, cumprem os requisitos previstos na legislação, alguns têm elevada produção científica, participam em muitos projetos de investigação financiados e contribuem de forma muito positiva para aumentar o mérito científico do IPCB. A impossibilidade de não serem promovidos terá reflexos negativos na sua atividade docente, de investigação e de dedicação à Escola e ao IPCB.

O Conselheiro António Moitinho Rodrigues referiu que um Professor Adjunto no 4.º Escalão, auferir de um vencimento superior ao de um Professor Coordenador no 1.º Escalão e ligeiramente inferior ao de um Professor Coordenador no 2.º Escalão. Referiu, também, que muitos dos Professores Adjuntos que estão em condições de serem promovidos estão no 4.º Escalão da categoria de Professor Adjunto pelo que a mudança de categoria pouco afetará o orçamento do IPCB”.

Intervenção da Conselheira Edite Santos:

“Relativamente ao quadro do mapa de pessoal não docente do IPCB e atendendo à falta de pessoal, à elevada faixa etária dos não docentes e a aposentação de alguns deles o que se perspetiva relativamente aos postos de trabalho a ocupar?”

O Presidente do IPCB referiu que compreende a preocupação manifestada e que será dada a devida atenção a este aspeto, designadamente após o processo de reestruturação organizacional, identificando as principais carências e superando-as de acordo com a disponibilidade orçamental.



Findo o que foi colocado à votação o Plano de Atividades do IPCB para 2020, com a seguinte votação: 19 votos a favor e 1 abstenção. Ausente um Conselheiro.

Declaração de voto do Conselheiro José Carlos Gonçalves:

“A minha abstenção na votação do Plano de Atividades prende-se com o facto de o mesmo não prever a possibilidade de abertura de um número muito maior de concursos para promoção às categorias de professor coordenador e coordenador principal, previstos no DL 84/2019 de 28 de junho, artigo 76, impossibilitando assim, que muitos docentes do IPCB pudessem ter possibilidade de progressão na carreira”.

O Presidente do IPCB referiu que razões financeiras (e o despacho do Sr. Ministro apresentado é esclarecedor sobre esta matéria) não permitem a promoção dos professores adjuntos a professores coordenadores de acordo com aquelas que são as legítimas e compreensíveis expectativas dos professores.

A distribuição do número de vagas para promoção por diferentes áreas foi comunicada e mereceu a concordância generalizada dos diretores das Escolas na Reunião de Diretores nº 09/19, cuja ata se encontra disponível em <https://intranet.ipcb.pt>.

Referiu ainda que caso nos próximos anos se mantenha a possibilidade de abertura de concursos de promoção nos mesmos moldes e as condições financeiras do IPCB o permitam, deverá a instituição aproveitar essa possibilidade.

7. Proposta de Reestruturação organizacional do IPCB

Foi apresentado pelo Presidente do IPCB a proposta mais esquematizada e fundamentada da Reestruturação Organizacional do IPCB. (Anexo 8)

Foi colocada à discussão dos Conselheiros, que emitiram opiniões e colocaram questões.

Intervenção do Conselheiro Luís Correia:

Intervenção do Conselheiro Jorge Almeida:

“i) comentário acerca do representante da ESALD na Equipa de trabalho para Reestruturação Organizacional do IPCB no que concerne à pertinência da nomeação e ao facto de não haver conhecimento na Escola dessa nomeação o que se refletiu no facto de ninguém na ESALD ter sido consultado ou pedido contributos.

ii) questão sobre se há algum estudo ou dados específicos sobre custos-benefícios da reestruturação apresentada mais ainda tendo em conta o que foi apresentado (falta de financiamento) na reunião da parte da manhã.



iii) questão sobre a estranheza de nas quatro escolas que resultam da estruturação, em todas haver referência à identidade com exceção das duas mais antigas e que deram origem ao IPCB, respetivamente ESA e ESE.”

Intervenção do Conselheiro José Raimundo:

“Quero desde já manifestar o meu total apoio à proposta de reestruturação organizacional aqui apresentada pelo Senhor Presidente do IPCB, Professor António Fernandes.

Considero e acredito que a reorganização do IPCB, tal como está a ser proposta, é o instrumento adequado para responder com firmeza e sucesso à atual crise por que estamos a passar. De facto, esta crise não é recente, muito pelo contrário, e algumas medidas têm vindo a ser tomadas no sentido de a minimizar e tentar resolver, o que, infelizmente, não foi conseguido. Esta é sem dúvida uma medida de grande impacto e por isso mesmo muito mais difícil e exigente para todos nós.

Quero ainda dizer que, da leitura que faço do despacho do Senhor Ministro da Ciência e Ensino Superior, a solução terá de ser encontrada no seio da instituição. A designação de um gestor público, no meu entender, levará sempre a soluções ditadas por um olhar externo, por isso mesmo mais distante e menos consciente da efetiva realidade do IPCB. Todos nós conhecemos os problemas. Todos nós temos plena consciência da importância do IPCB nesta região. Sabemos todos o que fazemos bem e menos bem, nas diversas perspetivas e nos diferentes enquadramentos. Somos, por tudo isso, os mais capacitados para pensar fazer uma reestruturação. Apresentarmos uma proposta é um desafio à maturidade da nossa instituição, daí a minha posição e o meu apelo”.

Intervenção do Conselheiro Carlos Coelho:

Intervenção do Conselheiro José Carlos Gonçalves:

“Uma nota prévia, muito breve, sobre o que foi público na comunicação social regional sobre este processo de reorganização do IPCB. É óbvio que não vou tecer quaisquer comentários ao que foi dito, mas não pude, nem posso ficar indiferente à conotação fortemente político-partidário que essas declarações revelaram. De facto, aquilo que nos foi relatado, demonstra, no meu entender, uma clara e inequívoca tentativa de ingerência política numa instituição que tem que estar muito acima daquilo que são as posturas dos atores políticos, mesmo que elas sejam apresentadas como defesa do bem público. Não que esta seja uma situação nova, mas nunca até hoje ela tinha sido colocada desta forma e à vista de toda a gente. Não é aceitável para uma instituição académica, que é património das pessoas que a constroem dia-a-dia, numa região e de um país, que veja a sua ação condicionada por outros interesses que não os ditados pelos seus responsáveis e pelos seus órgãos no mais normal do seu funcionamento estatutário e democrático. Apelo, Sr. Presidente do IPCB, para que saiba reconhecer os superiores interesses desta Instituição e não se deixe enredar



em teias políticas que possam marcar de uma forma negativa este processo que já de si, é motivo de muita discussão, de dúvidas e de incertezas.

De acordo com a deliberação tomada na última reunião do CG, foi recomendado ao Sr. Presidente do IPCB “que diligencie para que se proceda ao aprofundamento e consolidação da proposta de reestruturação, beneficiando dos contributos do debate promovido no Conselho”. Na sequência desta deliberação envia-nos o Sr. Presidente aquilo que chama de Reestruturação Organizacional do IPCB – Fase 2.

Analisando o documento, é meu entender, que as informações nele contidas ficam muito aquém daquilo que foram as dúvidas, as reservas e as questões concretas que foram levantadas por alguns dos conselheiros. De facto, a informação que nos é disponibilizada diz respeito a uma proposta de designação de cada escola e departamento; à afetação de cursos e docentes a cada uma das novas escolas e à atribuição de espaços a cada nova escola, apresentando também algumas possíveis alterações mais significativas aos Estatutos que este processo poderá acarretar.

Em tudo o que diz respeito a muitas das questões sobre, e cito algumas que foram referidas pelos conselheiros: “como é que uma reorganização deste género pode aumentar a atratividade dos cursos?”; “um incremento na investigação e prestação de serviços à comunidade?”; “que dados, estudos ou evidências que nos possam demonstrar que vale a pena avançar com esta reestruturação organizacional do IPCB?” “como é que esta reorganização pode ser mais apelativa para os alunos?”; “ficasse mais clara a redução de custos, quando afinal se mantêm os espaços físicos em funcionamento?”; refere-se ainda “as opções deverão ser objeto de um estudo fundamentado e pormenorizado que justifique inequivocamente a sua viabilidade científica, pedagógica e financeira, quer em termos de recursos humanos (p. ex., evolução do número de alunos e de docentes) e financeiros (p.ex., evolução das receitas e despesas)?”; “Outra importante componente que interessa salvaguardar, quantificar e planear devidamente (...) é a própria implementação e operacionalização da solução escolhida, a qual deverá ser devida e suficientemente pormenorizada e quantificada (nas verbas e no tempo)”.

Sobre todas estas questões, o documento é omissivo. Ou seja, em termos quantitativos volta a não ser apresentada qualquer informação. E isto é tanto mais estranho quanto é conhecida a preocupação do Sr. Presidente pelo rigor da informação e pela sua, atrevo-me a dizer, obsessão pelos números.

Também as recentes notícias sobre a situação financeira do IPCB e as palavras do próprio Sr. Ministro, ao referir-se ao processo de reorganização que está em curso no IPCB, obrigavam que o Sr. Presidente trouxesse a este Conselho dados concretos sobre como este processo pode vir a ter implicações em todas estas matérias.

Se por um lado as repostas a algumas destas questões, reconheço, não são fáceis de projetar, nomeadamente, atratividade dos cursos com o conseqüente aumento do número de alunos



aumento da capacidade investigação e de prestação de serviços (traduzida em nº de projetos, nº de publicações, nº de participações em congressos, nº de contratos), evolução do corpo docente e não docente, entre outros, não deixa de ser possível definir pressupostos base para fazer essas projeções. Já as questões financeiras, bem mais objetivas, exigem que se possam ter perspectivas do que se pensa que poderá vir a acontecer com esta reorganização: onde irão acontecer eventuais reduções de custos? nos recursos humanos? nos custos de manutenção? Por outro lado, que aumentos de receita serão expectáveis? A resposta a estas e outras questões levantadas, no meu entender, seriam contributos valiosíssimos para a tomada de decisão. Como o Sr. Presidente melhor do que ninguém sabe, uma das regras da gestão da qualidade é que "O que pode ser medido, pode ser melhorado" (Peter Drucker).

Em relação à informação que nos é enviada, considero que a mesma, sendo quase exclusivamente de natureza técnico-científica, deverá ser considerada como proposta que, de acordo com os estatutos do IPCB, deverá merecer a análise por parte dos órgãos das Escolas, a quem compete dar parecer, para posterior tomada de decisão deste CG. Dentro destas questões não posso, contudo, deixar de referir a questão da afetação dos docentes. Considero que esta matéria é da maior sensibilidade e, como tal deve ser tratada escrupulosamente nos termos dos estatutos e regulamentos do IPCB.

Neste contexto, passo a ler a intervenção que fiz no passado dia 25 de novembro na reunião do CTC da ESACB: "Na semana passada foram alguns docentes desta escola contactados pelo Sr. Diretor da ESACB para, segundo pedido do Sr. Presidente do IPCB, se pronunciarem sobre a sua afetação a eventuais Departamentos criados pelo processo de reorganização do IPCB que está em curso. Sobre esta questão importa esclarecer o seguinte:

Até à data, não houve ainda qualquer deliberação/decisão do Conselho Geral do IPCB sobre a eventual reorganização do IPCB, que determine qualquer vinculação de alteração à estrutura organizacional e estatutária do IPCB vigente.

Não havendo alteração de estatutos, sobre a matéria em questão, cabe aos CTCs a competência de (Art.º 56º, nº 1, Estatutos IPCB):

d) Pronunciar-se sobre a criação, transformação ou extinção de unidades orgânicas do Instituto;

l) Pronunciar-se sobre a mobilidade de docentes nas escolas do IPCB;

r) Propor a criação ou extinção de Unidades Técnico-Científicas;

Situação que, até à data, ainda não aconteceu.

Sabendo ainda que ao Presidente do IPCB compete "Velar pela observância das leis, dos presentes estatutos e dos regulamentos", (Art.º 26º, nº 2, Estatutos IPCB), consideramos que é de todo extemporâneo o pedido feito aos docentes e que o procedimento para tal processo deverá passar pela observância dos atuais procedimentos estatutários, a saber:



Pronúncia dos atuais CTCs sobre a proposta de criação, transformação ou extinção de unidades orgânicas, bem como de alteração do atual modelo de organização de Unidades Técnico-Científicas para um modelo de Departamentos, enviada pelo Presidente do IPCB e emanada do Conselho Geral. Pelo exposto e tendo também em consideração eventuais implicações de proteção de dados pessoais, considero que o Sr. Presidente do IPCB deveria retirar deste documento a identificação nominal dos docentes (diapositivos 12 a 21), utilizando como referenciais apenas as hipotéticas indicações quantitativas que constam do diapositivo 11."

Para terminar, uma vez que como referi, sobre estas matérias as escolas terão a sua palavra a dizer, se a reorganização é para permitir ganhos de eficácia e de eficiência, eles só poderão ser perceptíveis pelas pessoas se existir, por muito condicionado que seja, um estudo de custo/benefício. Esse estudo de custo/benefício, Sr. Presidente, continua a não existir."

Intervenção do Conselheiro António Pinto;

Intervenção do Conselheiro Joaquim Morão;

Intervenção da Conselheira Fátima Paixão:

"Considero que as instituições, com o tempo e com as transformações, necessitam de reestruturações de fundo que as renovem e tornem mais eficientes. Penso que chegou o tempo... Relativamente à proposta que foi apresentada, relativa à Escola Superior de Educação, penso que a junção com as Artes faz sentido. Todavia, o que não faz sentido, pela diferente abrangência destas duas áreas, é que seja a Educação, numa das primeiras escolas do IPCB, a ficar em segundo lugar e com o "E" separado. Aliás, a designação "ESEARTE" acomoda bem as duas áreas, mantendo a sonoridade das duas áreas.

Uma questão, dirigida ao Sr. Presidente do IPCB, prende-se com qual o nível de autonomia que terão efetivamente os órgãos estatutários das escolas nas definições aos vários níveis da reestruturação?

Ao Sr. Presidente do Conselho Geral solicito que seja claramente redigida a proposta que iremos votar, neste Conselho, relativamente ao ponto que estamos a discutir."

Intervenção do Conselheiro Paulo Fernandes;

Intervenção da Conselheira Edite Santos:

"Pretendo transmitir ao Conselho, a preocupação relativa à perda ou não de identidade da Escola Superior Agrária no nome de uma nova escola e a outra questão está relacionada com o desagrado em relação à tomada de posição das colegas funcionárias da ESGIN, que passo a citar: «Cara colega - Em meu nome e dos meus colegas, funcionários da ESGIN, vimos por este meio demonstrar o nosso desagrado, perante os cenários apresentados no Conselho Geral do IPCB no que diz respeito à extinção da ESGIN com perda da sua sede e conseqüente perda de autonomia administrativa, científica e pedagógica. Agradeço que, como representante do pessoal não docente, Conselho



Geral do IPCB faça chegar a nossa posição.» Atendendo ao que já foi questionado, nada mais a acrescentar”.

Intervenção do Conselheiro Henrique Gil:

“Quero começar por afirmar que me revejo nas palavras e argumentos do senhor conselheiro José Raimundo e que as intervenções e esclarecimentos do senhor Presidente do IPCB vieram reforçar a minha opinião acerca do processo de reorganização do IPCB. É evidente que qualquer mudança gera sempre muitas incertezas, mas, como é comum referir-se, estas incertezas geram novos desafios e novas oportunidades que nos permitirão evoluir. O despacho do senhor Ministro da tutela é claro ao indicar que a reorganização do IPCB terá de ser realizada e, sendo este o desfecho, quero e pretendo que sejamos nós a fazê-lo. A nossa grande experiência acumulada e multifacetada, tal como espelham as ofertas formativas do IPCB nas suas diferentes áreas de especialidade, denotam essa capacidade multidisciplinar na procura de várias soluções para os problemas que surgirão. Na qualidade de conselheiro, entendo que deve ser minha responsabilidade e obrigação manifestar a este órgão a minha opinião, a qual é favorável a este processo de reorganização apresentado pelo senhor Presidente do IPCB e que foi sendo mais sustentado por todas as intervenções que me antecederam. Para terminar, entendo que este é apenas o início de um processo que se prolongará na especialidade onde questões como aquelas que foram referidas, por exemplo, pela senhora conselheira Maria de Fátima Paixão quando se referiu à futura designação que irá incorporar a ESECB. E, mesmo para finalizar a minha intervenção, apelo ao senhor Presidente do Conselho Geral para que apresente uma proposta muito clara e muito objetiva em relação à proposta que, suponho, será colocada à votação no final desta reunião”.

Intervenção do Conselheiro António Moitinho:

“O conselheiro António Moitinho Rodrigues, após cumprimentar o Sr. Presidente do Conselho Geral, o Sr. Presidente do IPCB, os conselheiros presentes e os convidados que assistiam à discussão deste ponto da ordem de trabalhos, elogiou o Grupo de Trabalho que elaborou a “Proposta de Reestruturação Organizacional do IPCB”. Embora tenham sido evidentes as alterações introduzidas no documento desde a reunião anterior, realizada no dia 18 de setembro, referiu que faltou uma demonstração clara da redução de despesas anuais do IPCB que poderão decorrer da reestruturação.

Referiu também que desde 2008, no IPCB, se faz a gestão do pessoal docente com o objetivo de colmatar as necessidades de uma escola em relação a outras. Este procedimento, atualmente mais afinado, permite reduzir as despesas anuais do IPCB, maioritariamente com pessoal docente. No entanto, melhor eficiência económica / financeira só será possível fechando edifícios para haver



ganhos com redução de despesas com manutenção dos equipamentos, despesas com água, eletricidade, climatização e outras. Na última reunião do Conselho Geral do IPCB falou-se deste aspeto, inclusive desativar o edifício dos Serviços Centrais com deslocalização para a ESTCB. No entanto, o Edifício das Serviços Centrais está a sofrer uma forte intervenção bem visível do exterior o que considerou estranho para um edifício que será desativado após a reestruturação do IPCB.

Em relação às propostas de designações para novas Unidades Orgânicas, concretamente a designação EST-IT onde será integrado o Departamento de Ciências Agrárias e Veterinárias, no pressuposto que deixará de existir a Escola Superior Agrária de Castelo Branco (ESACB), o conselheiro António Moitinho Rodrigues manifestou tristeza, surpresa e incompreensão por esta proposta. Durante oito anos fui Vogal da Comissão Instaladora da ESACB, durante quatro anos e meio fui Diretor da ESACB tendo contribuído enquanto dirigente e enquanto docente para a excelência e o reconhecimento da ESACB a nível nacional. Caso deixe de existir a ESACB, a escola mais antiga do IPCB e que contribuiu para a sua afirmação, ou caso não exista a referência Agrária em nenhuma das designações para novas escolas, a ESACB deixa de ter identidade e o IPCB junta-se aos institutos que não têm escolas agrárias. Referiu que desde há 10 anos que a existência de uma Escola Superior Agrária (ESA) parece ser um problema para alguns Institutos Politécnicos que se vangloriam de não terem ESAs relativamente aos IPs que têm ESAs. Estas referências ouviu-as várias vezes enquanto Diretor da ESACB que participava em reuniões onde também estavam presentes Presidentes de vários IPs. Parece que é este o caminho que também se quer seguir com a reestruturação do IPCB.

Antes de terminar a sua intervenção, o Conselheiro António Moitinho Rodrigues, não querendo ser jocoso, referiu que em último caso deveriam deixar de existir escolas existindo apenas departamentos como aconteceu com algumas Universidades. Os alunos são da Universidade, mas os cursos estão associados a departamentos que conferem os graus”.

Intervenção do Conselheiro Luís Correia:

Intervenção do Conselheiro João Ventura:

“Em primeiro lugar manifestar o apoio à Reestruturação do IPCB, que entendo dever ser feita de dentro para fora e não aguardar que outras entidades externas entendam fazer essa reestruturação. Em segundo lugar, louvar a coragem em ter sido tomada a decisão de assumir a necessidade da reestruturação e ter avançado com este trabalho árduo. Em terceiro lugar entender que as escolas resultantes da reestruturação ganharão escala e maior capacidade de se imporem cientificamente, pedagogicamente e também junto da comunidade em que estarão inseridas e por último congratular-me com a manutenção das marcas que têm sido construídas com esforço, mas têm sido um dos fatores de atratividade para as escolas do IPCB”

Intervenção da Conselheira Helena Freitas:

“Considerações que expressei prévias à última votação:



1. Não ficam claras as motivações nem a metodologia subjacente à proposta de reestruturação. Não estive presente na reunião de setembro, mas parece-me uma análise muito determinada por um racional financeiro. É preciso prudência quando se equaciona uma reestruturação desta amplitude sob pressão financeira.
2. Julgo que uma reestruturação da orgânica com esta extensão deve procurar um apoio coletivo e não me parece existir esse consenso.
3. Não fica claro o que se consegue com esta reestruturação em termos de otimização de recursos
4. Considero um erro estratégico que a escola agrária perca a sua matriz identitária
5. Não entendo os critérios funcionais da mobilidade interna de docentes e dos grupos
6. Retirar competências à escola de Idanha é um mau princípio e pode significar a sua eliminação a médio prazo
7. Não se entende a definição das áreas do saber e núcleos de formação, investigação e transferência de conhecimento sem perspetivar o que se pretende atingir e os cenários possíveis. Onde está a análise prospetiva?"

O Presidente do IPCB fez interveio novamente na reunião focando-se nos seguintes tópicos:

- A equipa de trabalho que realizou o estudo (fase 1) foi escolhida pelo Presidente do IPCB, e, portanto, assume total responsabilidade pelas escolhas que fez;
- A equipa de trabalho participou apenas na fase 1. A informação hoje apresentada na reunião do conselho geral bem como as observações efetuadas (considerada a fase 2) são da total e exclusiva responsabilidade do Presidente do IPCB;
- A proposta de afetação dos docentes aos departamentos teve como 1º critério a formação do docente (doutoramento -> mestrado -> licenciatura), e eventual detenção de Título de Especialista e, em casos excecionais, o percurso académico e de investigação, a experiência do docente e o seu histórico no IPCB. Os dados são públicos (trata-se de informação do currículo de cada docente) e encontram-se inclusivamente disponíveis na página web do IPCB, nos separadores de cada Escola; Trata-se de um primeiro ensaio de afetação que teve como principal objetivo avaliar a dimensão de cada departamento e de cada nova Escola. A afetação final deverá ser formalizada pelos órgãos.
- A questão dos custos é um tema da maior relevância, mas muito difícil quantificação. Não é o objetivo principal da proposta de reestruturação organizacional, aliás como consta no documento enviado em julho aos conselheiros. A proposta visa fundamentalmente reforçar a massa crítica, a investigação e a formação, em áreas estratégicas determinantes para o IPCB; garantir a articulação entre a multidisciplinaridade e as especificidades de formação e de investigação; otimizar a gestão de recursos (humanos, materiais e físicos). A operacionalização da proposta terá a conseqüente redução de custos, uns *milhões*.



quantificáveis que outros. Com quatro escolas será necessário pagar menos suplementos remuneratórios a diretores, subdiretores e presidentes de órgãos. Haverá naturalmente uma maior eficiência no uso dos recursos como a utilização dos espaços e os consumos de energia e água. Também ao nível dos recursos humanos afetos aos serviços de apoio haverá poupanças com a centralização decorrente da reorganização, como o exemplo das bibliotecas ou do apoio aos diretores, entre outros casos.

- Tudo indica que a reestruturação organizacional do IPCB promova a conceção e o desenvolvimento de novas ofertas formativas alinhadas com as novas Escolas e que respondam às atuais necessidades da sociedade. Dos novos arranjos são esperados ganhos de atratividade pela especificidade e natureza inovadora dessas formações. Por exemplo, espero que novas formações alinhadas com os temas emergentes da gestão e das tecnologias da informação possam surgir, reforçando o impacto da nossa instituição a nível local, regional, nacional e internacional. O mesmo poderá acontecer ao nível da aliança entre a agricultura e a tecnologia e, conseqüentemente, por garantir o desenvolvimento tecnológico aplicado à agricultura, designadamente ao nível da intensificação sustentável.
- No que concerne à designação quer dos 9 novos departamentos quer das 4 novas escolas, a proposta é mesmo uma proposta. É o que consta na apresentação. Serviu apenas para facilitar a comunicação nas reuniões havidas. Naturalmente que caberá aos órgãos do IPCB pronunciarem-se sobre essas questões para posterior formalização.
- Quanto à possibilidade de desativar o edifício dos Serviços Centrais com deslocalização dos serviços para a ESTCB, mantém-se essa possibilidade. O Edifício dos Serviços Centrais está a sofrer uma forte intervenção que resulta de uma candidatura POSEUR aprovada há algum tempo e que contribuirá indiscutivelmente para a sua valorização, independentemente do destino futuro que venha a ser atribuído ao espaço.

Após as intervenções dos Conselheiros, o Presidente do Conselho Geral apresentou a seguinte proposta, para ser votada pelos Conselheiros, com a seguinte redação:

“O Presidente do IPCB deverá diligenciar para que se proceda à implementação da proposta de Reestruturação organizacional do IPCB, visando a constituição de 9 departamentos transversais a toda a instituição, cada um abrangendo áreas CNAEF, conforme referido no documento apresentado. Adicionalmente deve proceder-se à organização em 4 novas Escolas, resultantes da associação dos 9 departamentos, como também referido no documento.

Finalmente, o desenvolvimento e o aprofundamento da Reestruturação Organizacional deverão incluir os contributos propostos no debate e ter subjacente a articulação e a participação de todos os órgãos estatutários do IPCB.”

Após a votação, foi aprovada com 15 votos a favor, 3 abstenções e 3 votos contra.



8. Outros assuntos

Sem outros assuntos.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que após aprovação do Conselho será assinada pelo Presidente do Conselho Geral e por mim que a secretariei.

O Presidente

Vitor Santos

(Professor Doutor Vítor Manuel da Silva Santos)

O Secretário

João Manuel Nunes Ventura

(Professor João Manuel Nunes Ventura)

